
Caros Convidados

Caros Homenageados

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Vereadores

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia

—

—

—

A todos saúdo e agradeço a vossa presença nesta singela cerimónia que anualmente assinala o Dia do Município, de uma forma que nos parece ser justa e adequada – homenageando mulheres e homens que, individualmente ou através das instituições em que participam, dão contributos marcantes em áreas diversas da vida da nossa comunidade.

Mas antes de falar dos homenageados de hoje, permitam-me recordar que neste ano de 2016 se comemoram aniversários simbólicos de acontecimentos decisivos da nossa história contemporânea: completam-se este ano 40 anos da promulgação da Constituição da República Portuguesa de 1976 e também 40 anos sobre a realização das primeiras eleições para as autarquias locais.

A Constituição da República, que consagrou as conquistas que o povo alcançou nos impetuosos meses posteriores ao 25 de Abril de 1974, estabeleceu os princípios da organização política, económica e social da República Portuguesa, definida logo no seu artigo 1º: “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.”

Avanço maior do Estado democrático foi a consagração na Constituição do Poder Local, que tinha sido começado a construir pela acção popular, tomando o controlo sobre as câmaras municipais e desenvolvendo um amplo movimento popular de base, com as comissões de moradores, comissões de bairro, comissões de melhoramentos, enfim, uma panóplia de formas de associativismo informal que desempenharam um papel decisivo na mobilização

das populações e na dinâmica que estabeleceram em conjugação com as autarquias.

A Constituição acolhe estas transformações e consagra este Poder Local de génese profundamente democrática, para o qual vão ser eleitos milhares de cidadãos pela primeira vez em Dezembro de 1976, naquele que desde então se tornou no mais amplamente participado processo democrático do nosso país, afirmação que fica demonstrada bastando ter em conta as dezenas de milhares de cidadãos que integram as listas concorrentes a cada acto eleitoral autárquico.

Quarenta anos passados, avaliar o Poder Local Democrático é reconhecer a gigantesca acção transformadora promovida pelas autarquias. Atente-se no abastecimento domiciliário de água, nas redes de saneamento, na recolha e tratamento dos resíduos urbanos, na defesa do ambiente, no ordenamento do território, na qualificação urbana, na reconversão das áreas de génese ilegal, na reabilitação de zonas urbanas degradadas, na promoção da cultura, na defesa do património, na generalização do acesso à prática desportiva, nos equipamentos escolares, nos programas dirigidos à infância e à terceira idade, na promoção da inclusão social, no apoio à integração dos imigrantes, no fomento da economia: em todas estas áreas a intervenção do Poder Local incide de forma directa nas condições de vida das pessoas e no desenvolvimento das comunidades. O Portugal de 1974 é irreconhecível no país de hoje, sobretudo, e às vezes apenas, naquilo que mudou pela acção das autarquias, tanto mais quanto melhor foram capazes de mobilizar as populações e as entidades locais para serem também actores desse progresso.

De tudo isto o nosso Concelho é expressivo exemplo. Quatro décadas de autarquias democráticas, apostadas na simbiose com um movimento associativo popular de grande vitalidade e estreitamente ligadas às dinâmicas sociais e aos seus protagonistas, conseguiram operar no nosso território uma profunda transformação, criando as bases, tanto quanto ao Poder Local compete e está ao seu alcance, para o desenvolvimento do Concelho e para a melhoria das condições de vida de quem nele vive e trabalha.

As instituições e as pessoas que este ano o Município decidiu homenagear demonstram, em diferentes aspectos, a forma como a iniciativa e

as capacidades individuais beneficiam da acção das autarquias, e como estas são devedoras dos contributos que individual e colectivamente são gerados e incorporados na comunidade.

A Sociedade Recreativa da Baixa da Serra e o Juventude Futebol Clube, são duas associações que fazem parte da história da Baixa da Banheira. Fundadas há 50 anos, elas integraram a resposta que o povo trabalhador daquela comunidade encontrou para suprir a ausência quase total do Estado: naqueles anos da década de sessenta do século passado, o Estado na Baixa da Banheira era as forças policiais e duas escolas primárias. Desporto, cultura, recreio, formação cívica, só existiam pela acção do movimento associativo, só existiam através da vivência democrática das colectividades.

É com o 25 de Abril e o Poder Local Democrático que este extraordinário movimento popular encontra o aliado necessário: é na base da parceria entre as Autarquias e o Movimento Associativo que se tem concretizado em larga medida a política municipal de democratização da prática desportiva e da produção e fruição culturais. O Movimento Associativo é um dos mais ricos patrimónios do nosso Concelho, e através da atribuição da Medalha de Honra do Município a estas duas Associações, prestamos o nosso reconhecimento e agradecimento aos seus associados, atletas e dirigentes que durante 50 anos lhes ofereceram a sua dedicação e o seu trabalho. Estamos convictos de que, na base de uma sólida parceria com as autarquias, estas duas colectividades irão manter e reforçar o importante papel que desempenham na comunidade banheirense.

O Restaurante “O Stop” é um daqueles estabelecimentos do pequeno comércio local que se tornam referências da comunidade em que se inserem. Com trinta anos de existência, este restaurante é um dos mais antigos da Baixa da Banheira, por quase toda a gente conhecido e em algum dia já visitado, com a característica de ser desde o início gerido pela mesma família, que aliás já vinha da actividade comercial. Nesta época em que o crescimento avassalador do comércio dominado pela grande distribuição e pelas empresas multinacionais torna cada vez mais difícil a sustentabilidade do comércio local, ainda para mais sendo este que recebe mais directamente as consequências da perda do poder de compra e de uma política fiscal asfixiante, às autarquias não pode ser

indiferente a subsistência de uma rede capilar de estabelecimentos locais, nos diversos sectores, que são uma componente essencial de vilas vivas, dinâmicas, sustentáveis. O Concelho que preconizamos e pelo qual trabalhamos requer um tecido económico diversificado, com fortes raízes locais e que integra um comércio local sustentável, que é também um elemento indispensável de centros urbanos regenerados. Neste sentido, a atribuição da Medalha de Mérito Económico ao Restaurante “O Stop” expressa o reconhecimento e o agradecimento do Município da Moita pelo trabalho desenvolvido ao longo de trinta anos e exprime igualmente o desejo de que este estabelecimento continue por muitos anos a proporcionar os seus serviços.

O modelo de desenvolvimento que durante já três décadas tem sido apresentado aos portugueses como expressão da modernidade poderia ser resumido com recurso a uma expressão popular: “não precisamos de fazer nada, compramos tudo feito”. Se na vida de cada um de nós é fácil perceber como é falsa essa expressão, também na vida do nosso país os resultados desta falsa modernidade se têm tornado inocultáveis, por mais comentadores e analistas que diariamente nos queiram fazer ver o mundo ao contrário. Abandonar a agricultura e desmantelar a frota pesqueira não foi moderno, foi ruinoso. Um país que perde a capacidade de assegurar a subsistência do seu povo perde soberania, torna-se presa fácil de interesses alheios às necessidades do seu povo e do seu desenvolvimento. Sob o domínio da grande indústria agro-alimentar e do oligopólio da grande distribuição, neste nosso Portugal encontrar sustentabilidade para uma produção agrícola de pequena ou média dimensão implica ultrapassar enormes barreiras, designadamente aquelas que dificultam a comercialização a preço justo da produção nacional.

Ana Piedade Marques é uma jovem produtora agrícola e no actual contexto nacional o seu sucesso ganha particular relevo. Oriunda de uma família de agricultores, Ana Marques teve a capacidade de inovar e encontrar uma forma de comercialização directa dos seus produtos que lhe garante o escoamento regular de uma produção dimensionada de acordo com a carteira de clientes. Esta é a essência do projecto PROVE e é necessário destacar que, também aqui, o papel do poder local se exerce. A ADREPES, agência de

desenvolvimento regional que integra vários municípios da Península de Setúbal, incluindo a Moita, teve um papel determinante na implementação deste projecto, e tem sido responsável pela captação e gestão de fundos comunitários para apoio à agricultura e às pescas na região. Permitam-me também referir que a Câmara Municipal da Moita tem a satisfação de desde a primeira hora ter proporcionado instalações para a operacionalização do PROVE. É pois muito grato para o Município da Moita atribuir a Ana Piedade Marques a Medalha de Mérito Económico, que expressa o nosso reconhecimento e agradecimento pela sua capacidade de inovação e de manter uma produção agrícola sustentável, demonstrando com o seu exemplo que o sector primário tem potencialidades de crescer e contribuir mais para o desenvolvimento económico do nosso Concelho. Desejamos-lhe a continuação do sucesso que tem marcado o seu empreendimento e garantimos que continuaremos disponíveis para manter e fortalecer a colaboração existente.

A Biblioteca Municipal do Vale da Amoreira inaugurada em 10 de Junho de 1990 foi a primeira das quatro que integram hoje a rede municipal de bibliotecas, que se articula também com 16 bibliotecas escolares existentes no Concelho. A construção da Biblioteca do Vale da Amoreira marca de certo modo o início de uma segunda fase da acção do Poder Local. Depois do primeiro período onde o essencial da intervenção e do investimento das autarquias se aplicou na construção das infraestruturas básicas, neste segundo período tratava-se já de dar corpo a políticas de promoção da cultura, dotando os territórios de uma rede de equipamentos capazes de sustentar a democratização da fruição e criação culturais. Promover a igualdade de oportunidades no acesso aos bens culturais é o eixo central da política cultural do nosso Município, e as bibliotecas municipais desempenham um papel-chave nesse desígnio. Ninguém se torna escritor só porque frequenta uma biblioteca, mas seguramente ninguém se torna leitor se não tiver acesso aos livros e ninguém se torna um cidadão emancipado, capaz de tomar livre e conscientemente opções para a sua vida, se não tiver acesso à educação e à cultura.

Bruno Vieira Amaral não esconde que o bairro onde decorre a acção do seu primeiro romance, “As primeiras coisas”, se inspira no Vale da Amoreira,

bairro onde viveu durante a sua infância e juventude. Nesta ficção ressoa a realidade dos muitos “Vales da Amoreira” que circundam as grandes cidades, Lisboa em particular, com as suas gentes, os seus conflitos, a contínua tensão entre exclusão e inclusão que marca a vida das comunidades que os habitam. Este romance, publicado em 2013, já mereceu três prémios literários, o Prémio Fernando Namora, o Prémio PEN Narrativa e o Prémio José Saramago. Bruno Amaral tem referido que foi um frequentador da Biblioteca do Vale da Amoreira e, não só mas também por isso, permitam-nos que sintamos o seu sucesso com um particular carinho. A atribuição da Medalha de Mérito Cultural a Bruno Vieira Amaral expressa o reconhecimento e o agradecimento do Município da Moita pela sua obra e pelo que nela se exprime de ligação ao nosso Concelho e desejamos que a sua carreira de escritor continue a receber o generalizado reconhecimento do público e da crítica.

Tenho a certeza que nenhum de vós ficaria verdadeiramente incomodado se não estivesse a ouvir este discurso, o que ajudará a demonstrar que entre as coisas indispensáveis da nossa vida não se contam os discursos dos presidentes de câmara.

Se esta manhã a água não corresse das torneiras, o lixo não tivesse sido recolhido, a rua varrida, ou os semáforos não estivessem a funcionar, e já agora, se ninguém tivesse aberto a porta por onde entrámos, isso sim seria um verdadeiro problema. Mas todas essas coisas, que “a Câmara” faz, são de facto feitas por pessoas, mulheres e homens que normalmente ficam ocultos por detrás dessas designações impessoais, como “a câmara”, “os serviços” e outras semelhantes.

Pois bem, para nós, essas mulheres e esses homens não só têm rosto como entendemos que são o mais importante elemento dessa obra portentosa que o Poder Local Democrático concretizou. São os Trabalhadores da Câmara Municipal da Moita que concretizam no terreno as políticas municipais, são eles que prestam à população os serviços públicos essenciais ao nosso bem-estar e à própria organização da comunidade. E fazem-no em condições que devem merecer a nossa reflexão.

Os trabalhadores da Administração Local têm salários médios baixos, quando comparado com os salários praticados no sector privado para funções semelhantes. Acresce que as carreiras profissionais estão congeladas desde 2009 o que significa que é impedida a valorização profissional e, conseqüentemente salarial, dos trabalhadores. Mas acresce ainda aos efeitos desmotivadores desta situação, o clima dominante, instigado na opinião pública, que aponta aos funcionários do Estado a responsabilidade pela grave situação das contas públicas assim como denigre a prestação e o profissionalismo dos trabalhadores das autarquias.

Consideramos terrivelmente injustas estas opiniões. Pelo contrário, é o profissionalismo e a dedicação da grande parte dos nossos trabalhadores que permite que sejamos capazes de continuar a prestar o serviço público que a população necessita, apesar dos crescentes constrangimentos impostos às autarquias, quer no aspecto financeiro quer o que actualmente mais pesa, a impossibilidade de contratação de pessoal.

É com base neste posicionamento que o Município entendeu prestar uma mais que merecida homenagem aos trabalhadores da Câmara Municipal da Moita que completaram até ao ano transacto 40 anos de serviço, atribuindo-lhes a Medalha de Bons Serviços ao Município. Os trabalhadores que hoje homenageamos têm diversas categorias profissionais e diversas formações, desempenhando funções em vários serviços municipais, na área técnica, administrativa e operacional. No entanto, a todos une uma característica: devotaram quatro décadas da sua vida, da sua capacidade de trabalho, ao Serviço Público. Por isso são devedores do nosso reconhecimento e do nosso agradecimento.

- Américo Santos Carradas
- Orlando Marques Mosca
- Dulce Maria Gavito Pedro Gomes Loureiro
- Francisco Miguel Esponginha Gomes
- Manuel Fernando Romão Silva
- José Manuel Pereira
- António Castilho Romão

-
- Florentino Jesus Nascimento Carmo
 - Álvaro Manuel Pereira Carapinha

Estas palavras já vão longas. É tempo de concluir. E quero fazê-lo dizendo que tenho a convicção de que estes quarenta anos de Poder Local Democrático, são apenas o princípio.

A capacidade de transformar para melhor a vida das pessoas e de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país, demonstrada pela Autarquias, é suficientemente poderosa para resistir às visões centralistas que têm dominado a governação; para resistir à perda de capacidade de intervenção e de autonomia que essa governação tem imposto; para resistir ao empobrecimento da democraticidade do Poder Local que tem estado implícita nas sucessivas alterações à legislação que regula as Autarquias Locais.

É por isso com confiança nas potencialidades do Poder Local e no projecto autárquico que temos vindo a implementar, mas confiança fundamentalmente nos milhares de mulheres e homens que vivem e trabalham neste Concelho, na força imensa do seu trabalho e do seu saber, que encaro o futuro com o optimismo que resulta da convicção de que saberemos, juntos, encontrar os caminhos para continuar a construir na Moita um Concelho Melhor para Viver e Trabalhar.

Presidente da Câmara Municipal da Moita

Rui Garcia